



Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social¹

Márcio Simeone Henriques²
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

A extraordinária mudança nas formas de vida coletiva corresponde ao intenso desenvolvimento contemporâneo dos meios de comunicação, de tal forma que o conceito de “comunidade” como local de referência é progressivamente desafiado. O formato emergente das comunidades gera dificuldades e constrangimentos à dinâmica dos movimentos sociais e dos processos de mobilização na atualidade, exigindo especial atenção para as estratégias comunicativas que possam não apenas dar visibilidade às suas causas, mas alcançar um ambiente de cooperação que transcenda o âmbito local.

Palavras-chave

Comunicação e movimentos sociais; mobilização Social; comunicação comunitária.

A um toque de sino e com a notícia correndo de boca em boca, as pessoas acorriam a um ponto central determinado, já conhecido. A reunião prontamente identificava o que se costumou denominar comunidade: um grupo de pessoas em relação de vizinhança que compartilhava, além do espaço, a produção, as tradições e os problemas surgidos nesta convivência. Dada a necessidade de ação coletiva, fosse para a solução de problemas num nível em que o âmbito individual mostrava-se insuficiente, fosse para a celebração conjunta de eventos ou os rituais religiosos em espírito de comunhão, os sujeitos dispersos se moviam em convergência. Uma vez reunidos, identificados os propósitos do encontro, agiriam sob regras devidamente acordadas – sejam as já estabelecidas pela própria tradição, sejam outras demandadas pelo bom senso em relação às circunstâncias. Assim podemos, de forma simplificada, descrever o processo de mobilização coletiva. Esta descrição foi propositalmente feita no pretérito, pelo propósito de discutir, neste ensaio, as características da mobilização comunitária contemporânea e as funções da comunicação nesse processo.

Com isso não queremos dizer que formas mais tradicionais de mobilização não mais existam: é ainda possível reconhecer, em lugares pequenos e/ou que ainda vivem de uma maneira profundamente enraizada na tradição esse mesmo procedimento. Somos capazes de perceber até hoje os vestígios destas formas, que já nos parecem arcaicas. Os sinos, afinal, ainda estão em seus lugares. Se muitos já emudeceram, outros ainda persistem em sua função comunicativa e nos permitem realizar uma exploração

¹ Trabalho apresentado ao NP 12 – Comunicação para a Cidadania.

² Relações Públicas, Mestre em Educação, Doutorando em Comunicação Social, professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (simeone@ufmg.br).



arqueológica reveladora da dinâmica de comunicação essencialmente oral, que combinava a relação direta face-a-face com este instrumento de mediação, com seus códigos próprios.

A grande questão é que, mesmo que este esquema simples ainda possa ser identificado, podemos perceber que não corresponde ao desenho complexo das relações que se estabelecem nos espaços altamente urbanizados. Mesmo assim podemos também indagar se nessas comunidades já não temos a presença de muitos elementos “novos” que tendem a se incorporar a este esquema e transformá-lo progressivamente. É a complexidade da vida moderna que passará a exigir novas formas de convocação e de mobilização das pessoas e, com isso, alterará a própria noção de comunidade. Para perceber como essa noção está intimamente ligada aos meios de comunicação, podemos observar a trajetória de povoados e cidades pequenas num período de menos de um século. A centralidade desses lugares era marcada, em geral, pela igreja, o principal ponto de convergência. Nela estava, portanto, o instrumento de convocação – o sino, o que lhe conferia um extraordinário poder de comunicação. O desenvolvimento da eletrônica logo trouxe uma inovação de poder ainda maior: o alto-falante. Não por acaso, na maioria dos lugares este novo elemento foi colocado no lugar mais estratégico de todos: junto ao sino - e ainda hoje para muitas comunidades é o principal meio de comunicação a dar notícias e convocar as pessoas. Com o alto-falante instala-se também um problema: o da composição da mensagem. À mensagem do sino, um código acústico simplificado, veio somar-se uma mensagem oral que precisava ser de alguma forma elaborada: o que e como falar? De que forma falar de modo que todos compreendam e com a menor ambigüidade possível? Como se nota, a aposição de um alto-falante torna a comunicação bem mais sofisticada que, se quisermos, podemos considerar como uma pequena revolução.

Evidentemente, há que se considerar uma evolução paralela, não menos importante: quando nos referimos às comunidades mais tradicionais, estamos falando com frequência, especialmente no caso brasileiro, de um conjunto de pessoas ainda pouco alfabetizadas, cuja cultura, evidentemente, baseia-se na oralidade. Entretanto não podemos desconhecer e negligenciar o papel crescente da comunicação escrita. Este é outro aspecto fundamental: no último século a expansão da educação de massa vai também incorporar novos contingentes alfabetizados. Nos grandes centros urbanos esse processo se dá de forma ainda mais rápida. Dessa forma, além dos instrumentos da oralidade, os meios impressos começarão a desempenhar um papel crescentemente



importante para a mobilização coletiva. Com estes instrumentos advêm novas e maiores preocupações com a composição da mensagem, agora pensada em termos de permanência. E, sob o ponto de vista estratégico, logo se nota a necessidade de que estes meios – orais e escritos, face-a-face ou mediados – se complementem e se reforcem mutuamente.

E ainda haveria outro elemento a despontar no cenário e que provocaria profundas mudanças: o rádio. Uma conseqüência previsível da emergência do rádio foi a pulverização do poder dos alto-falantes, gerando uma inevitável descentralização das mensagens. Àquelas mensagens vindas de um lugar central identificado, irão se juntar outras, vindas de algum lugar, que pode ser tanto próximo quanto distante. Uma mídia barata, de alcance extraordinário, passa a se multiplicar intensa e facilmente, mesmo que à margem das regras estabelecidas para a radiodifusão. A proliferação das rádios comunitárias ou mesmo de rádios livres e clandestinas, com as mais variadas características, é um fator novo que precisa ser considerado em relação à mobilização das comunidades, uma vez que este veículo passa ao primeiro plano como a principal fonte de informação sobre os assuntos locais.

Mas a questão da mobilização social contemporânea não pode ser vista somente em relação a uma comunicação no âmbito local. Talvez uma das maiores transformações tenha sido a crescente possibilidade de rápida troca de informações, com o desenvolvimento das telecomunicações e da grande mídia. O avanço e o acoplamento das várias tecnologias, especialmente dos meios eletrônicos, passa a prover um contato cada vez mais intenso e rápido entre quaisquer lugares do mundo, numa escala global. Isso permite transcender o localismo, quebrando o isolamento de comunidades e tornando-as extremamente permeáveis. Desta forma, tanto o rádio como a televisão serão fundamentais e, mais recentemente, a Internet. No que tange à mobilização social, podemos reconhecer que este processo trouxe como conseqüência uma atenção dos sujeitos cada vez menos exclusiva aos assuntos locais, expandida para problemas e causas sociais nos mais variados graus de abrangência, até mesmo em nível global (Paiva, 2003).

Como se vê, as mudanças nos meios de produção e circulação das formas simbólicas é fator preponderante de transformação das próprias relações sociais, ou seja, a comunicação e a informação interferem nas relações sociais e na organização do tempo e do espaço. Como aponta Thompson (1998:106), “a mídia não se limita a descrever o mundo social, mas se envolve ativamente na própria construção desse



mundo social”, na medida em que fez surgir novos tipos de inter-relacionamento e de indeterminação no mundo moderno. Cabe então, examinarmos mais atentamente, algumas das conseqüências desse fenômeno. Buscaremos apontar duas: (a) a mudança na noção de “comunidade” e (b) a mudança nas formas e nas estratégias de mobilização social.

O formato multiaxial das comunidades contemporâneas

A palavra “comunidade” pode encerrar múltiplos significados. Mas seja qual for o sentido que se dê, refere-se sempre a um ponto em que algo é posto em comum entre as pessoas. Sem a pretensão de nos aprofundarmos em seu estatuto sociológico, importa-nos aqui reconhecer que o que genericamente denominamos de “comunidade” possui alguns traços que ainda remetem a formas ancestrais de convivência e de arranjos da vida coletiva. Assim a comunidade, ainda hoje, muitas vezes é vista como sendo composta pelos habitantes de um território delimitado, que criam as suas condições de produção e de reprodução de modo coletivo e possuem problemas comuns que não podem ser individualmente resolvidos (Nisbet, 1977; Paiva, 2003). Pelo menos duas características básicas dessa noção podem ser examinadas à luz das transformações nos próprios meios de comunicação e que fazem com que as comunidades tenham que ser consideradas como formas estruturadas em múltiplos eixos: (a) a centralidade e (b) a territorialidade.

Com freqüência, o fenômeno da moderna urbanização é explicado por diversos fatores sócio-econômicos e culturais, negligenciando-se a importância dos meios de comunicação. Ou seja, os meios de comunicação são vistos apenas como uma espécie de fenômeno paralelo, quando não são explicados apenas como sendo a conseqüência natural das demandas surgidas a partir da própria concentração urbana. Mas se abandonarmos uma visão simplista e determinista, podemos ver que tanto o fenômeno da urbanização quanto do desenvolvimento da comunicação são indissociáveis: ao mesmo tempo em que as formas de vida urbana geram demandas e condições para que os meios de comunicação sejam gerados, adaptados e transformados, estes meios, em permanente evolução, ao alterar as próprias relações, também transformam os próprios modos de viver e conviver no espaço urbano. Como já apontamos anteriormente, a simples introdução de um novo meio, como o rádio, foi decisivo para criar condições efetivas de descentralizar um conjunto de relações até então estabelecidas. Mas, de



outro lado, o advento desse veículo só foi plenamente possibilitado a partir do momento em que a própria comunidade se tornava, por meio de toda a tecnologia de transportes, cada vez mais permeável, pelo contato mais intenso e rápido com outras comunidades e pela própria aglomeração progressiva que redundaria nos grandes espaços urbanos³.

Todo esse conjunto de fatores acarretou uma progressiva mudança na própria ocupação dos espaços urbanos, cada vez mais descentralizados, melhor dizendo, criando uma mobilidade que passaria a dispensar o espaço único de convergência. Na dinâmica das grandes metrópoles é possível ver como, historicamente, os centros das cidades foram paulatinamente perdendo a importância e entrando mesmo em decadência, a ponto de hoje carecerem de revitalização. Por este prisma, os recentes avanços das telecomunicações, ao mesmo tempo em que atendem a esta nova configuração, aprofundam mais ainda essa “divergência”, como é o caso da Internet, organizada sob a forma de uma rede virtual descentrada, como também a telefonia celular, que amplia exponencialmente a mobilidade dos sujeitos.

Se até algum tempo atrás era possível visualizar um ou poucos pontos de convergência, os lugares de encontro para o qual as pessoas quase que automaticamente se dirigiam, hoje esses lugares são inúmeros e dispersos. Se, para mobilizar uma pequena comunidade tradicional bastava um simples sinal para que todos soubessem para onde se dirigir e mais ou menos o que fazer, ou como se comportar na situação, isso já não é possível numa comunidade que se tornou mais “complexa”: a cada hora temos de ser mobilizados para lugares diferentes, nas mais diferentes situações, para os mais variados objetivos, o que impõe uma certa preocupação “logística”. O centro pode estar em qualquer lugar. Para objetivos diferentes, convergimos para centros distintos. Podemos nos perguntar se isso seria realmente possível se não dispuséssemos de todo o moderno arsenal de comunicação, por intermédio dos quais compomos nossas relações cotidianas. Além disso, sendo a atividade cotidiana cada vez mais mediada, ocorre, em paralelo, uma alteração do próprio comportamento dos sujeitos, dada a possibilidade de ser visto à distância por um receptor ausente e onde a resposta não é dada necessariamente no mesmo contexto nem pelo mesmo instrumento de interação (Thompson, 1998).

Outro aspecto descentralizador ligado à permeabilidade das comunidades urbanas é a multiplicidade de entradas e saídas. Além de um centro fácil e rapidamente

³ Podemos lembrar que os meios eletrônicos se desenvolveram primordialmente associados à tecnologia do transporte, como é o caso do telégrafo, simbioticamente ligado à malha ferroviária.



identificável, as pequenas comunidades tradicionais possuíam uma ou pouquíssimas vias por onde se podia alcançá-la. E, mesmo assim, dispunha-se de limitados meios pelos quais se podia dar este acesso. Em período anterior ao desenvolvimento dos modernos meios de transporte, tal ligação só poderia ser feita a pé ou por veículos de tração animal ou, quando era o caso, por meio de canoas, balsas e barcos. Se estas vias e meios constituem, ainda hoje, uma possibilidade de fazer entrar e sair informações, é forçoso reconhecer que deixaram de ser praticamente as únicas. Mesmo assim, um rápido olhar histórico sobre os meios de comunicação à distância revela que esse canal de troca há muito não era o único e exclusivo. Havia também a possibilidade de lançar mão dos sinais visuais e acústicos (como os de fumaça e tambores). De toda forma, por muitos séculos ainda as entradas e saídas estariam limitadas ao alcance desses meios e veículos. O avanço tecnológico dos transportes e das comunicações corresponderá a uma rápida revolução neste aspecto apenas nos últimos séculos. A tal ponto que hoje há cada vez menos comunidades que vivem em situação de isolamento. Mesmo assim, em algumas das mais isoladas, podemos identificar que não mais encontram as limitações de entrada e saída como antigamente. Se pensarmos que a informação pode sair ou entrar não apenas por suportes físicos, mas virtualmente, podemos reconhecer a enorme porosidade provocada pelo avanço tecnológico, do tantã ao satélite. Assim, não raro uma localidade remota - no interior da Amazônia, por exemplo, cujas vias de acesso são ainda limitadas e por vezes impõem dificuldades, mas que se conecta ao mundo por meio do telefone, do rádio, da televisão e mesmo da Internet.

Todos estes fatores colocarão em também em xeque a noção de territorialidade. A comunidade - vista apenas a partir do compartilhamento de um território comum, não consegue mais corresponder à mobilidade ampliada dos agrupamentos humanos. Outros problemas se apresentam quando examinamos os grandes espaços urbanos: as comunidades, quando limitadas geograficamente como segmentos desse território, poucas vezes se apresentam numa composição relativamente homogênea. Além disso, pela altíssima permeabilidade, cada um desses segmentos estabelece múltiplas relações com os demais segmentos, num trânsito frenético e incessante de informações. Assim, um bairro não constitui, necessariamente, uma comunidade, em seu sentido tradicional. Ou mesmo pode compor-se de várias comunidades, tantos quantos forem os interesses e modos de vida que ali puderem se agrupar. E de fato se agrupam, nem sempre circunscritos àquele território, mas projetando-se também fora dele. Forma-se uma verdadeira “teia” de relacionamentos, que orientam a vida coletiva não apenas numa



direção, mas numa pluralidade de sentidos – que às vezes pode ser percebida como caótica.

Mesmo assim, o próprio conceito que atribuímos a comunidade está eivado de valores que compõem seus estereótipos. Costumamos associá-las, por exemplo, à resistência, aos lugares dos pobres. Muitas vezes, quando usamos o qualificativo “comunitário” queremos dar uma conotação de alternativo, de resistência a poderes hegemônicos. Também é comum que o termo seja usado apenas para designar os territórios dos pobres, ou das pessoas que de alguma forma necessitem de assistência. Mas também é vista como um lugar de pertencimento, o lugar da segurança e do aconchego, onde as pessoas podem estar próximas de semelhantes, com os quais possuem um laço de identidade (Bauman, 2003). Sem dúvida, esta noção aponta para um aspecto que transcende a territorialidade: se até um dado momento este reconhecimento identitário era obtido dentro de fronteiras mais ou menos demarcadas, hoje estas fronteiras não existem mais ou, quando existem, possuem menor precisão⁴. Assim, é possível estabelecer mesmo à distância, laços de identidade, e conseqüentemente de pertencimento que, em lugar de uma produção de sentido comum apenas na situação de co-presença, opera também como uma forma de convívio virtual. E essa forma de convívio já conta com sofisticados dispositivos mediadores como os serviços de grupos em redes informatizadas. A tal ponto que os serviços mais recentes denominem estes grupos de “comunidades”⁵.

Portanto, ao longo da própria modernidade, a noção de comunidade, confinada dentro de fronteiras territoriais e onde se poderia encontrar certa homogeneidade cultural foi sendo progressivamente desafiada. A emergência de novos sujeitos e de novas formas de organização coletiva desses sujeitos (formas estas descentradas, deslocadas, fragmentadas), traz à cena o problema de lidar com a diversidade que se forma dentro dos mesmos limites geográficos – uma célula territorial. Assim, se são difusos os limites externos da comunidade, seu centro também não pode ser estabelecido com precisão, pela inexistência de um único eixo orientador, fazendo mais

⁴ Bauman (2003:18) estabelece uma relação explícita com o desenvolvimento dos meios de informação e comunicação: “a partir do momento em que a informação passa a viajar independente de seus portadores, e numa velocidade muito além da capacidade dos meios mais avançados de transporte, a fronteira entre o ‘dentro’ e o ‘fora’ não pode mais ser estabelecida e muito menos mantida” e acrescenta: “de agora em diante, toda homogeneidade deve ser ‘pinçada’ de uma massa confusa e variada por via de seleção, separação e exclusão; toda unidade precisa ser construída, o acordo ‘artificialmente produzido’ é a única forma disponível de unidade”.

⁵ Um exemplo é o Orkut (www.orkut.com), que é um site de relacionamentos ou “social networking”, onde os internautas têm à disposição uma lista de amigos organizados por alguma afinidade, denominada de “comunidade”.



sentido pensar numa estrutura multiaxial, com diversos centros de convergência dos sujeitos.

A mudança nas formas e estratégias de mobilização social

Podemos compreender a mobilização social como a reunião de sujeitos que pretendem resolver problemas e transformar uma dada realidade, em relação a uma causa que possa ser considerada de interesse público. Conseqüência da emergência de sociedades complexas é uma mudança nas próprias formas através das quais os sujeitos se mobilizam, que passam a requerer novas estratégias (Henriques et. al., 2004; Toro & Werneck, 2004). Mas a questão pode ser examinada sob vários ângulos. Estamos tomando como elemento central dessa complexidade a multiplicidade, que engloba, na verdade, uma série de fenômenos com origens e histórias bem diversas. Mas se reconhecemos que há uma multiplicidade de interesses, de conhecimentos, de formas de vida, de centros, de entradas e saídas, de possibilidades de ação, estamos sempre diante do desafio de conciliar esses aspectos múltiplos e passíveis de rápida mutação em nosso cotidiano. Isso, evidentemente, impõe dificuldades e constrangimentos ao processo de mobilização, numa escala bem maior do que antes se verificava. Afinal, que dificuldades ao processo mobilizador podem ser apontadas nas sociedades atuais?

De qualquer modo que pretendamos responder a esta pergunta, devemos considerar a mudança no próprio exercício da política. Se tomarmos como base que a construção de uma democracia participativa exige ações de mobilização, esta passa a ser fundamental para o exercício da cidadania. Num formato em que se torna imprescindível uma interlocução entre o Estado e a Sociedade Civil, a organização dos sujeitos em torno dos temas de interesse público é a forma de ampliação da sua potência cívica, o meio através do qual podem intervir mais ativamente no debate público e chegar às instâncias deliberativas⁶. Mas se, por um lado, a geração de movimentos sociais afirma-se como uma forma de luta que visa alcançar as esferas da deliberação no jogo político, num regime de democracia participativa, o próprio Estado toma iniciativas mobilizadoras, na medida em que cria instâncias de participação da

⁶ Entendemos aqui a deliberação como “um processo dialógico de troca de razões com o objetivo de solucionar situações problemáticas que não podem ser estabelecidas sem a coordenação e a cooperação dos interlocutores” (Bohman, 2000:27). Não se restringe às esferas institucionalizadas da política (os poderes constituídos), mas é um recurso que, através das relações de cooperação e de negociação, intervém num contexto social específico de modo a buscar sua transformação.



sociedade civil, tais como conselhos, comitês, grupos de trabalho. Estes mecanismos - sejam consultivos, deliberativos ou executivos, são importantes para de alguma maneira descentralizar o poder na formulação e na implementação de políticas públicas. Mais além dessas iniciativas, também estão aquelas tomadas pelas empresas, em nome da sua responsabilidade social, seja de mobilização de seu próprio público interno (voluntariado empresarial), seja de segmentos do público externo nas comunidades onde atua.

Todo este conjunto compõe, portanto, um amplo espectro mobilizador. E é visível que, muitas vezes, os próprios movimentos ou projetos mobilizadores competem entre si pela atenção dos cidadãos. Mas se, por um lado, projetos de mobilização são muitas vezes realizados como iniciativa isolada, muitos procuram articular-se com outros que se referem à mesma causa social ou a causas conexas. É assim que temos assistido ao nascimento de redes de colaboração e solidariedade, compostas por agentes de mobilização diversos, sejam do Estado, de empresas ou da sociedade civil. Este formato pressupõe o estabelecimento de formas de cooperação entre estes agentes de modo a potencializar as suas ações e o seu poder de intervenção numa realidade social. E esta articulação tende a transcender o âmbito local para atingir níveis globais.

Uma configuração em rede dos movimentos sociais e dos projetos mobilizadores pressupõe um intenso intercâmbio de informações, que possibilita uma produção contínua e conjunta de conhecimentos acerca da causa a que referem e a causas correlatas. Por este motivo, esta metodologia de trabalho tem incorporado, cada vez mais, a noção de “ganho epistêmico”, ou seja, pressupõe-se que estes movimentos não se restringem ao ativismo, mas, por meio de sua própria ação, configuram “redes de aprendizagem”, sendo capazes de, ao assimilar novos conhecimentos advindos de sua experiência, adaptar-se continuamente à velocidade das transformações e à dinâmica das lutas sociais.

Podemos identificar também que as lutas sociais adquirem uma característica de luta por visibilidade (Mellucci, 2001; Castells, 1999). Não apenas porque os movimentos ou projetos de certa forma competem pela atenção – e conseqüentemente pela adesão – dos cidadãos, mas também porque necessitam posicionar-se em relação à causa que defendem e assim buscar a todo tempo legitimação institucional. Aí podemos identificar o papel da mídia. Tornando públicas as suas causas e as suas ações, procuram com isso reforçar sua potência cívica, para colocarem-se como legítimos interlocutores ou mesmo para ganharem simpatia para a causa. Diante desse novo cenário, torna-se



evidente que a questão da imagem assume posição central para os processos de mobilização. Este não é, no entanto, um processo simples, já que a pluralidade de interesses faz com que o espaço de publicização, através da mídia, tenha que ser todo o tempo reivindicado e conquistado.

Por fim, considere-se ainda que um projeto mobilizador necessita produzir grande volume de informação qualificada, de modo a fazer com que os conhecimentos produzidos e acumulados possam circular convenientemente entre os diversos atores e de modo a instruir a ação. Consideramos informação qualificada aquela que informa e orienta de modo prático, que permite aos sujeitos saber o que fazer e como se posicionar dentro de movimento / projeto. Ao contrário do que se possa pensar, a informação qualificada não é a informação de caráter técnico *tout court*. Na verdade, a informação gerada pelos especialistas nem sempre é ela mesma uma informação qualificada, pois, muitas vezes, carece de uma tradução que permita a qualquer sujeito que não possua o mesmo domínio técnico e do jargão do especialista compreender a problematização referida àquela causa social e a metodologia de ação proposta. Encontra-se aí, sem dúvida, uma das principais barreiras à coletivização de inúmeras causas que, com frequência, escapam à compreensão dos não-especialistas.

A necessidade de uma visão estratégica de comunicação

Diante dos desafios de mobilizar os sujeitos no cenário contemporâneo, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de que a comunicação seja tratada de uma maneira estratégica. Isso pode ser explicado por vários motivos: (a) os meios de comunicação tornaram-se hoje um complexo de veículos e canais, cada um com suas peculiaridades técnicas e de linguagem, cujo uso pressupõe algum conhecimento especializado e uma apreensão de sua lógica de operação; (b) a posse dos meios de comunicação e o acesso a eles se dão de forma assimétrica, sujeitos a interesses nem sempre convergentes e compatíveis com a causa que se deseja defender; (c) para inúmeros conteúdos especializados que compõem a problematização de causas sociais torna-se indispensável uma tradução da fala especializada, de tal maneira que se produza uma informação qualificada, plenamente acessível aos não-especialistas e (d) a necessidade de arregimentar e organizar recursos simbólicos que promovam não apenas a visibilidade, mas também as condições necessárias para vinculação dos atores e para a cooperação.



Em relação ao primeiro ponto, cumpre reconhecer que foram substantivamente alterados a estrutura e os modos de funcionamento da comunicação, onde a estrutura e o *modus operandi* da mídia ganham enorme complexidade. Nota-se que o *mix* complexo formado pelos instrumentos e meios de comunicação não somente é passível de um gerenciamento planejado, como fazem as organizações, mas isso se torna indispensável, já que o uso programado e articulado desses meios mostra-se mais eficaz que a utilização ou o estímulo isolado a cada um deles. Toma, portanto, grande importância para a própria coesão do movimento / projeto uma *coesão* da sua comunicação, que se manifesta sob os seguintes aspectos:

- unidade visual e gráfica;
- coesão do discurso projetado para os públicos, mesmo que transposto para linguagens diferentes;
- coerência entre o discurso e as ações efetivamente realizadas;
- complementaridade dos instrumentos e veículos, para que se reforcem mutuamente.

Já em relação ao segundo ponto, este é um problema político afeito à própria construção democrática da sociedade. A configuração dos meios gera uma exclusão de acesso, onde nem sempre será possível fazer ouvir a voz do movimento / projeto. No entanto, mesmo que se conquiste um desenho mais simétrico para posse, uso e acesso destes meios, sempre estaremos diante de uma pluralidade de interesses que precisam de algum modo abrir espaços de publicização e competir com os outros elementos de visibilidade que se colocam em público. Por outro lado, a mídia não constitui um bloco monolítico, mas engendra também determinadas contradições, promove aberturas que permitem por vezes que a luta por este espaço de visibilidade seja bem sucedida, muitas vezes à força da geração de atos espetaculares (quando não violentos), que alcançam publicidade e repercussão.

Em relação ao terceiro item, a tradução da fala especializada e uma administração do papel dos especialistas para que o movimento / projeto não se deixe enveredar por um viés tecnocrático é sempre um desafio com o qual os atores se defrontam. Isso tem que ser feito através de estratégias de gerenciamento da aprendizagem coletiva do movimento, e também das informações, de tal forma que possa existir uma permanente reelaboração dos conhecimentos, produzindo informação



útil para ação – a informação qualificada. Fica evidente o papel da comunicação – e mesmo dos profissionais de comunicação – para realizar esta tarefa mediadora.

Mas se lidar com a mídia para promoção de visibilidade possui importância vital, por outro lado evidencia-se que um processo de mobilização social nas sociedades complexas não pode ser explicado exclusivamente a partir deste aspecto. A constituição de redes de colaboração depende da geração de vínculos entre os sujeitos e, destes, com a causa defendida e com os projetos de mobilização, o que configura, na realidade, um encadeamento de intervenções comunicativas de caráter estratégico que constitua o que podemos denominar de **ambiente de cooperação**. Podemos defini-lo como sendo aquele onde se criam as condições favoráveis para que os sujeitos possam agir orientados para o entendimento mútuo⁷. Cada grupo mobilizado, em diferentes graus de institucionalização, estabelece seus critérios e regras para que garantam essa manutenção, lidando com as contradições próprias ao processo. Neste esforço, podemos perceber que entram em jogo outros elementos de ordem comunicativa que interferem na geração do vínculo de um sujeito com determinadas causas e não operam no âmbito dos meios de comunicação de maior alcance (massivo), mas de instrumentos de comunicação dirigida. Estes são compostos de forma estratégica e orientados em função de públicos específicos e são capazes não apenas de produzir uma identificação, mas de dar materialidade simbólica à luta pela causa de tal maneira que outros sujeitos possam reconhecê-la. Os exemplos mais notórios são a construção de uma programação visual aplicáveis às mais diversas peças (logomarcas), a produção e a disseminação de informações qualificadas (folhetos, panfletos, fôlderes, cartilhas, manuais) e mesmo a programação de eventos (atos públicos, passeatas etc.) que podem garantir e ampliar a visibilidade através da geração de atos espetaculares.

Por isso mesmo a mobilização constitui-se através de uma contínua formulação estratégica de ações de comunicação que sejam capazes de sustentar uma legitimidade pública (através da visibilidade), como também de sustentar os vínculos de confiança que mantêm a cooperação, que depende de uma capacidade de realimentar continuamente o debate público e reforçar os laços de identificação e de pertencimento dos sujeitos mobilizados.

⁷ Na formulação de Habermas (1989:164), este tipo de coordenação de ações difere daquele orientado para o sucesso, onde os atores tentam alcançar seus objetivos e metas influenciando externamente sobre o outro: trata-se, ao contrário, de "harmonizar internamente seus planos de ação e só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um *acordo* existente ou a se negociar sobre a situação e as conseqüências esperadas". Assim, ao contrário de um modelo de ação estratégica que seja imediatamente voltado para o sucesso, um agir orientado para o entendimento mútuo "tem que especificar *condições* para um acordo alcançado comunicativamente".



Observa-se que um ambiente de cooperação é algo em permanente construção, nunca atingindo uma forma acabada. Por isso mesmo, os que dele participam precisam o tempo todo avaliá-lo, segundo os valores e critérios que fundam a própria mobilização.

Diante desse quadro, o conhecimento específico sobre a comunicação social é essencial para a consecução dos objetivos dos projetos mobilizadores. Isso não quer dizer, no entanto, que cada um deles deve possuir uma estrutura profissionalizada de comunicação, o que nem sempre é viável. Mas já se pode detectar que estes movimentos demandam cada vez mais este aporte especializado, com tarefas que tem sido realizadas e coordenadas por profissionais. No entanto, em processos de luta por transformações sociais, que muitas vezes constituem movimentos sob condições extremamente adversas, não se pode conceber que fiquem dependentes desse fazer especializado. Este também é um desafio para os próprios comunicadores que, antes de mais nada, precisam dar uma resposta pedagógica a esta questão. Para isso é necessário ver a comunicação não apenas sob o ponto de vista técnico, como um campo de conhecimento específico, mas enxergá-la de modo mais amplo como uma competência fundamental a que todos devem ter direito e sem a qual não podem os sujeitos coordenar suas ações, posicionar-se no mundo e transformá-lo.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 141p.
- BOHMAN, James. *Public Deliberation: Pluralism, complexity and democracy*. Massachusetts/USA: MIT Press, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.



- HENRIQUES, Márcio S. et. alii. *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MELUCCI, Alberto. *A Invenção do Presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- NISBET, Robert. *Comunidade*. In: FORACCHI, Marialice M. & MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade. Leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro : LTC, 1977. p.255-275.
- PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum. Comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 175p.
- THOMPSON, J. B. *A Mídia e a Modernidade*. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TORO, José B. & WERNECK, Nísia M. D. *Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.